



RESOLUÇÃO

Aprovada na concentração dos trabalhadores da Efacec
durante a greve de 30 de Novembro de 2021

Posição dos trabalhadores sobre as principais questões em causa

- **Compra de matérias-primas**

Os problemas de tesouraria da Efacec não são novos. Foi dito pelo Ministério da Economia, em reunião com a direcção do SITE Norte, que, se não houvesse uma intervenção do Estado, a Efacec já não existiria, teria sido decretada a sua insolvência.

Após a nacionalização, foram injectados 70 milhões de euros e, no entanto, a Efacec, não tem trabalho porque não há matéria-prima, não se assina contratos porque os bancos não emitem garantias bancárias nem cartas de crédito.

Exigem os trabalhadores saber para onde foi canalizado este dinheiro. Se estão parados é porque não foi para compra de matérias-primas.

Agora, segundo notícias que vieram a público e que não foram desmentidas, vão ser injectados mais 45 milhões de euros.

Exigem os trabalhadores que este dinheiro, que vai ser colocado na Efacec, seja fiscalizado e seja realmente para comprar matérias-primas e não seja para dar aumentos a “amigos”, comprar viaturas automóveis e para patrocinar despedimentos.

Esperam os trabalhadores que esta política de não comprar matéria-prima não seja uma estratégia para descapitalizar a empresa e, assim ter o argumento para a vender por “tuta e meia” ou até mesmo para dizer que a empresa não é viável economicamente e, como tal, ser decretada a sua insolvência.

Os trabalhadores da Efacec querem trabalhar, está nas mãos do Estado (seu maior accionista) e do Governo fazer isso acontecer, é esta a sua responsabilidade.

- **Não à reprivatização**

A Efacec é uma empresa estratégica para o País, uma das mais importantes no âmbito da indústria transformadora nacional (é a última grande empresa de metalomecânica e electromecânica que resistiu no nosso país), emprega mais de 2000 trabalhadores e dela dependem dezenas de micro, pequenas e médias empresas, em particular na região norte. Com a degradação da sua situação financeira, ao longo dos últimos meses, ficou claro que, sem uma intervenção pública e ficando a empresa à mercê dos interesses privados, o futuro da empresa estaria comprometido.

Os trabalhadores entendem que a nacionalização definitiva da Efacec,

resolvendo os problemas de tesouraria, garantindo os direitos dos trabalhadores, integrando-a no sector empresarial do Estado e num projecto de desenvolvimento nacional, é a única solução que se impõe.

- **Demissão da Administração**

Como foi referido diversas vezes pelos trabalhadores, o Estado nacionalizou a Efacec mas manteve a “raposa na capoeira”.

Esta Administração foi a mesma que, no passado, fez um despedimento colectivo, promoveu despedimentos através de processos disciplinares, que afasta as Comissões Sindicais das reuniões do caderno reivindicativo porque os trabalhadores em plenário convocaram uma greve.

É esta Administração que faz discriminação salarial com alguns delegados sindicais.

É esta Administração que coloca cerca de 80% dos trabalhadores em lay-off e, ao mesmo tempo, subcontrata empresas externas para realizarem o trabalho de quem está em lay-off e realiza horas extra (foi apresentada queixa na ACT que verificou a veracidade destas duas situações).

É esta Administração que proíbe as reuniões das Comissões Sindicais na empresa, não lhes dando acesso a nenhuma sala, tendo inclusive mudado a fechadura da sala em que estas Comissões habitualmente se reuniam (foi constatada esta situação pela ACT, que informou o sindicato para recorrer para tribunal, dado que a direcção dos RH não iria fornecer instalações).

É esta Administração que, pela primeira vez na história da Efacec, se atrasa no pagamento do subsídio de férias.

É esta Administração que proíbe plenários, invocando a COVID-19, mas ao mesmo tempo deixa centenas de trabalhadores usarem o refeitório, todos ao mesmo tempo.

É esta Administração que se recusa a reunir com a Comissão de Higiene e Segurança.

É esta Administração que não fornece sala para a Comissão de Higiene e Segurança na Arroteia e a que está na Maia não tem condições nenhuma.

É esta Administração que não fornece EPI porque diz que não tem dinheiro.

É esta Administração que se imiscui nas eleições das ORT.

É esta Administração que diz que não tem dinheiro para comprar matérias-primas mas continua a patrocinar despedimentos, gastando rios de dinheiro em indemnizações.

É esta Administração que renova frota automóvel e não compra matéria- prima.

É esta Administração que faz uma razia de mão-de-obra altamente qualificada, que é a responsável pela saída de engenheiros altamente qualificados e conhecedores do negócio.

É esta Administração que se recusa a aplicar o parecer da ACT em relação aos dias de nojo.

É esta Administração que diz ter sido surpreendida com os resultados negativos dos meses de Julho e Agosto deste ano e que demite directores superiores, pagando elevadas indemnizações.

É uma Administração que é reactiva e não proactiva, que quer os trabalhadores alinhados, mas não motivados, que não promove o diálogo nem aceita opiniões que não sejam alinhadas com a dela.

CONCLUSÃO

Os trabalhadores estão preocupados.

Preocupados porque o Estado, em vez de estar empenhado na revitalização da empresa, na protecção do trabalho, dos trabalhadores e dos seus direitos, esteja preocupado em continuar a despedir.

Preocupados porque a Efacec, ao ser reprivatizada, seja entregue a um fundo ou a um grupo económico, correndo o risco de a mesma ser descaracterizada, como aconteceu com outras no passado, de que é exemplo a Sorefame.

Preocupados porque não vêm o Estado e o Governo a fiscalizar o que se está a passar na Efacec.

Estão em causa mais de 2000 postos de trabalho.

Estão em causa várias centenas de pequenas e médias empresas que dependem do negócio Efacec.

Também entendem que o princípio da igualdade, o direito à integridade pessoal, a liberdade de expressão e informação, a segurança no emprego, as comissões de trabalhadores, a liberdade sindical e a actividade económica e investimentos estrangeiros são alguns dos princípios da Constituição que foram e continuam a ser violados na Efacec. **Cabe, também, ao Presidente da República, que jura cumprir e fazer cumprir a Constituição, uma palavra para que se ponha cobro a estes constantes atropelos.**

30 de Novembro de 2021